

ACTA Nº 9



ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VIANA DO CASTELO REALIZADA NO DIA 26 DE ABRIL DE 2021 - - - - -

-----Aos vinte e seis dias do mês de Abril do ano dois mil e vinte e um, nesta cidade de Viana do Castelo e Paços do Concelho, reuniu-se extraordinariamente a Câmara Municipal de Viana do Castelo sob a presidência do Presidente da Câmara José Maria da Cunha Costa e com a presença dos Vereadores Joaquim Luís Nobre Pereira, Carlota Gonçalves Borges Ricardo Jorge Ponte de Matos Carvalhido, Ricardo Nuno Sá Rego, Manuel Hermenegildo Ribeiro da Costa, Paula Cristina das Neves Garcia Veiga e Cláudia Cristina Viana Marinho. Secretariou o Diretor de Departamento de Administração Geral, Luis Filipe Neiva Marques. E, tendo tomado os lugares que lhes estavam destinados, o Presidente da Câmara declarou aberta a reunião pelas dezassete horas tendo-se registado a falta do Vereador Vítor Manuel Castro Lemos por se encontrar doente. **ORDEM DO DIA:-** O Presidente da Câmara informou que ao abrigo do disposto nos números 2 e 3 do artigo 3º da Lei nº 1-A/2021, de 13 de Janeiro, a presente reunião não será pública e será realizada por videoconferência. Presente a ordem de trabalhos foram tomadas as seguintes resoluções:- **(01) 2ª REVISÃO ORÇAMENTAL CMVC - 2021:-** Pelo Presidente da Câmara foi apresentada a proposta que seguidamente se transcreve:- **"PROPOSTA - 2ª REVISÃO ORÇAMENTAL 2021 -**

Atendendo à reprogramação do atual Quadro Comunitário Portugal 2020, início do Programa de Recuperação e Resiliência (PRR) e início do novo Quadro Comunitário Portugal 2030, para um melhor aproveitamento destas importantes fontes de financiamento o Município de Viana do Castelo propõe o reajustamento de alguns projetos/ações previstos no Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e a introdução de novos projetos/ações e alteração das fontes de financiamento. Esta Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos permite-nos avançar de imediato para a abertura de procedimentos contratação, financiados através do Programa de Recuperação e Resiliência (PRR), reprogramação do PT 2020 e PT 2030, garantindo assim a maturidade necessária dos projetos para a apresentação das candidaturas resultante da reprogramação em curso. As autoridades de gestão dos diversos programas identificaram as tipologias de Saúde, Educação/ Formação Profissional, Áreas de Acolhimento Empresarial/Acessos e Património Cultural como as áreas prioritárias de elegibilidade, fator objetivo na identificação das propostas a candidatar durante o corrente ano para garantir a maior maturidade, elegibilidade e aprovação dos mesmos. Esta Revisão Orçamental inclui, também, uma proposta de alteração modificativa às fontes de financiamento, dos projetos “Ampliação Rede Água e Águas Residuais Domésticas Vila Franca, Deão, Barroselas, Carvoeiro, Perre e F. Soutelo” e “Centro Municipal Proteção Civil”, passando a ser financiados a 100% por receitas próprias do Município. Em face do exposto, tenho a honra de propor que a Câmara delibere aprovar submeter à Assembleia Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º da lei 75/2013, de 12 de setembro, para que esta delibere, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do mesmo.



QUADRO 1 - RECEITA

IDENTIFICAÇÃO DAS RUBRICAS		REFORÇOS
ECONÓMICA	DESCRIÇÃO	
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	
1003	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	
100301	ESTADO	
10030104	COOPERAÇÃO E TÉCNICA E FINANCEIRA	
1003010499	OUTROS	887.000,00 €
100307	ESTADO - PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM PROJETOS COFINANCIADOS	
10030701	FEDER	
1003070102	NORTE 2020	- 170.000,00 €
TOTAL		717.000,00 €

QUADRO 2 - DESPESA

IDENTIFICAÇÃO DAS RUBRICAS			REFORÇOS / DIMINUIÇÕES
ORGÂNICA	ECONÓMICA	DESCRIÇÃO	
02		CAMARA MUNICIPAL	
0203		DEPARTAMENTO DE CULTURA, EDUCAÇÃO E DESPORTO	
	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	
	0701	INVESTIMENTOS	
	070103	EDIFÍCIOS	
	07010302	INSTALAÇÕES DESPORTIVAS E RECREATIVAS	
	0701030209	OUTROS	199.000,00 €
	07010305	ESCOLAS	- 200.000,00 €
0205		DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS MUNICIPAIS	
	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	
	0701	INVESTIMENTOS	
	070103	EDIFÍCIOS	
	07010307	OUTROS	58.000,00 €
	070104	CONSTRUÇÕES DIVERSAS	
	07010413	OUTROS	310.000,00 €
	0703	BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	
	070303	OUTRAS CONSTRUÇÕES E INFRAESTRUTURAS	
	07030308	VIAÇÃO RURAL	
	0703030802	REDE VIÁRIA MUNICIPAL - OBRAS	350.000,00 €
TOTAL			717.000,00 €

Quadro 3: PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

Objetivo	Descrição	REFORÇOS / DIMINUIÇÕES			
		2021	2022	2023	2024
01	EDUCAÇÃO				
0101	EDUCAÇÃO BÁSICA				
0101	EB 2/3S Pintor José de Brito	-200.000 €	1.100.000 €	400.000 €	
02	CULTURA DESPORTO E TEMPOS LIVRES				
0201	CULTURA				
020101	INICIATIVAS DESENVOLVIMENTO CULTURAL				
020101	Museu Artes Decorativas - Ampliação/Requalificação		470.000 €	500.000 €	
0206	PATRIMÓNIO CULTURAL				
0206	Reabilitação e Valorização Património – Convento S. Domingos	199.000 €	400.000 €		
0206	Reabilitação Igreja de Sto. António		250.000 €		
0206	Reabilitação e Valorização Património - Igreja S. Bento		100.000 €		
0206	Requalificação Envolvente Igreja Stº António		100.000 €		
04	SAÚDE				
0401	PROMOÇÃO DA SAÚDE				
040101	Centro de Cuidados de Saúde Meadela / USF	-50.000 €	650.000 €		
040102	Centro de Cuidados de Saúde Alvarães / USF	29.000 €	470.000 €		
040103	Centro de Cuidados de Saúde Norte / USF	29.000 €	470.000 €		
08	DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO				
0801	ZONAS/PARQUES EMPRESARIAIS, INDUSTRIAIS E ATIVIDADES ECONÓMICAS				
0801	Parque Empresarial de Lanheses	110.000 €	1.200.000 €	900.000 €	
0801	Zona Industrial de Alvarães - Norte	100.000 €	3.500.000 €	3.500.000 €	
0801	Zona Industrial de Alvarães - Sul	100.000 €	1.500.000 €		
09	COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES				
0901	CONSTRUÇÃO DE NOVAS VIAS MUNICIPAIS				
0901	Nova Travessia Rio Lima - EN13 / ZI Deocriste e EN 202 / AL Nogueira	250.000 €			
0901	Nova Via Acesso Área Empresarial Vale do Neiva	100.000 €			
11	SERVIÇOS MUNICIPAIS				
1101	EDIFÍCIOS MUNICIPAIS				
1101	Centro de Congressos Viana do Castelo		500.000 €	1.000.000 €	
020101	Escola Profissional de Música	50.000 €	2.500.000 €	1.500.000 €	

(a) José Maria Costa.". A Vereadora Cláudia Marinho, questionou o Presidente sobre as alterações de fundo orçamental referente à empreitada "Ampliação rede de água e águas residuais domésticas Vila Franca, Deão, Barroselas, Carvoeiro, Perre e F. Soutelo". Alegou que, visto o Presidente ter referido na altura da proposta para a criação da empresa águas do Alto Minho, que uma das justificações era a maior viabilidade de aprovação para fundos comunitários no que concerne aos municípios, como é que agora vem alterar este financiamento para os municípios e a 100%? Como é que tal mudança é possível? Como e que o município perde a maior receita desta câmara com a concretização da concessão com as Águas de Portugal e agora sem esta receita ainda vai financiar obra que é detida por uma empresa externa? Que lógica é esta? Solicito que o Sr. Presidente nos informe como o município vai fazer face a esta despesa e se já não vão existir apoios dos fundos comunitários! Por sua vez a Vereadora Paula Veiga referiu-se

a dois edifícios que foram transferidos para o património da Câmara Municipal, um aquele onde funciona a Escola Profissional de Musica e o outro o Centro de Congressos de Viana do Castelo. O Presidente da Câmara esclareceu dizendo que as obras de água e saneamento que já estão em fase de adjudicação ainda não têm financiamento comunitário. Por essa razão é necessário que seja reforçada a verba orçamental com a dotação municipal. No entanto, temos a informação que em breve vão abrir novos avisos para obras de água e saneamento, quer no Portugal 2020 quer no PRR. Desta forma, o Município consegue maturidade máxima necessária para a formalização destas candidaturas que serão abertas brevemente. Quanto à questão da reabilitação dos edifícios transferidos para a Câmara Municipal, foram já abertas as rubricas orçamentais com valores orçamentais adequados, para a eventualidade de vir a ser possível lançar os respetivos concursos de empreitada de obra pública. A Câmara Municipal deliberou nos termos e ao abrigo do disposto da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º da lei 75/2013, de 12 de setembro conjugado com a alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do mesmo diploma, aprovar a 2ª revisão ao orçamento de 2021 e submeter a mesma a ratificação da Assembleia Municipal. Esta deliberação foi tomada por maioria com os votos favoráveis do Presidente da Câmara e dos Vereadores Luís Nobre, Carlota Borges, Ricardo Carvalhido, Ricardo Rego, Hermenegildo Costa e a abstenção das Vereadoras Paula Veiga e Cláudia Marinho. **(02) EMPREITADA “UNIDADE DE CUIDADOS DE SAÚDE PRIMÁRIOS – USF DA MEADELA” - APROVAÇÃO DE PROJETO, CADERNO DE ENCARGOS, ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL E NOMEAÇÃO DE JÚRI:-** Presente o processo indicado em título do qual consta os documentos que seguidamente se transcrevem:- **“INFORMAÇÃO** – Através do protocolo realizado entre a Câmara, a ULSAM e ARS Norte, em 21 de abril de 2021, foi elaborado um acordo de colaboração com o objetivo de construir uma unidade de Cuidados de Saúde Primários, na área urbana da Meadela

(Centro de Saúde na Meadela). Nos termos do n.º 1 do artigo 36.º do CCP, não tendo este Município recursos internos para satisfazer esta necessidade, a execução dos arranjos exteriores e edifício, sendo por esta razão, necessário recorrer ao mercado. O valor base obtido, em conformidade com o disposto no n.º - 3 do Art. 47 do Decreto-lei nº 111-B/2017 de 31 de agosto, é de 2.276.739,45€, este valor resulta de pressupostos custos médios unitários obtidos através de fornecedores pela equipa projetista. Dando resposta ao nº 5 do artigo 36º do CCP, os pareceres que acompanham o projeto são: - ADAM, ULSAM e ANPC. Para efeitos do nº 2 do Art. 46-A do D.L. 18/2008 de 29 de janeiro, na redação do D.L. nº 111-B/2017 de 31 de agosto, considera-se não ser possível a contratação por lotes na presente empreitada sem causar grande perturbação na sua execução e qualidade final. A presente empreitada não poderá ser dividida em lotes, porque se trata da construção de um edifício e arranjos exteriores envolventes ao edifício, em que se exige a coordenação única na intervenção dos diversos serviços afetados, a coordenação de um único estaleiro e de todos os trabalhos de construção de uma obra desta natureza, sem colocar em causa a qualidade final do objetivo pretendido. Propõe-se para Gestor do Processo a Eng. Luísa Faria. Dados para abertura do concurso: a) – prazo de execução de obra: 360 dias b) - caução – sim – 5% - 5 anos (em conformidade com o artigo 397º) c) - alvará 1ª, 4ª, 5ª, 6ª e 9ª Subcategorias da 1ª Categoria, 8ª e 9ª subcategorias da 2ª categoria, 1ª, 9ª, 10ª, 11ª e 12ª subcategorias da 4ª categoria, sendo a 1ª Subcategoria da 1ª Categoria a que terá que cobrir o valor global da proposta, nos termos da Lei nº 41/2016, de 3 de junho. d) – Revisão de Preços – F4 – Edifícios para o setor de saúde. e) - Propõem-se que sejam aplicados Critérios Ambientais nos critérios de avaliação de propostas. f) - Critérios de desempate: 1. Quem tiver menor valor no capítulo Arquitetura do mapa de medições; 2- Quem tiver menor valor no capítulo Estruturas do mapa de medições; 3- Sorteio presencial. g) - nº de PPI: 2021/i/13 (0205/07010307) OED. Face ao exposto, propõem-se a abertura de um procedimento por concurso público, dando resposta ao art.º 38 (critério de valor), em conformidade com o anexo do DL. 18/2008, de 29 de janeiro, conjugando com as alterações introduzidas do Decreto-Lei nº 111-B/2017, de 31 de agosto. À consideração superior.”. “INFORMAÇÃO - Através do protocolo realizado entre a Câmara e a ULSAM, em 21 de abril de 2021, foi elaborado um acordo de colaboração com o objetivo de construir um Centro de Saúde na Meadela. O projeto de execução está concluído e cumpre na generalidade com o estabelecido no artigo 19.º da Portaria nº 701-H/2008, de 29 julho. O valor base obtido, em conformidade com o disposto no nº - 3 do Art. 47 do Decreto-lei nº 111-B/2017 de 31 de agosto, é de 2.276.739,45€, este valor resulta de pressupostos custos médios unitários obtidos através de fornecedores pela equipa projetista. Face ao exposto, propõe-se a aprovação do projeto de execução em anexo.” E “**PROPOSTA** –Perante a

informação técnica anexa, proponho a abertura do procedimento por concurso público em conformidade com o anexo do DL 18/2008, de 29 de janeiro (CCP), conjugado com as alterações introduzidas pelo DL 111-B/2017, 31 de agosto, bem como a aprovação do projeto de execução e de todas as peças do procedimento. Proponho para o presente concurso: 1 – A designação do seguinte júri - Eng.º José Nuno Machado Pinto – Presidente do Júri; Eng.ª. Célia Maria Passos Pereira – Vogal Efetivo; Dra. Ariana Gouveia Ribeiro – Vogal Efetivo; Eng. Luísa Faria - Vogal Suplente; Dra. Sónia Alpoim - Vogal Suplente. 2 – Delegar no presente júri a competência para prestar esclarecimentos e propor ao órgão competente retificações das peças do procedimento e dos erros e as omissões identificados pelos interessados, e classificar os documentos das propostas nos termos dos artigos 50º e 66º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei 18/2008, de 29 de janeiro, conjugado com as alterações introduzidas pelo DL 111-B/2017, 31 de agosto. 3 – Delegar, na Secção de Expropriações e Concursos a submissão dos documentos na plataforma eletrónica de contratação pública e a respetiva assinatura digital qualificada e a competência para as comunicações e notificações da responsabilidade do órgão competente para a decisão de contratar, em conformidade com o artigo 109º do Código dos Contratos Públicos. (a) José Maria Costa.”. A Câmara Municipal deliberou aprovar a transcrita proposta e em consequência aprovou o projeto de execução, as peças do procedimento e a respetiva abertura de procedimento concursal, bem como a nomeação do referido júri. Esta deliberação foi tomada por unanimidade, estando presentes o Presidente da Câmara e os Vereadores Luis Nobre, Carlota Borges, Ricardo Carvalhido, Ricardo Rego, Hermenegildo Costa, Paula Veiga e Cláudia Marinho. **(03) FILM COMMISSION: APOIO À PRODUÇÃO DO FILME “FOSFENO” DE MIGUEL FILGUEIRAS:-** Pelo Presidente da Câmara foi apresentada a proposta que seguidamente se transcreve:- **“PROPOSTA - FILM COMMISSION - APOIO À PRODUÇÃO DO FILME “FOSFENO” DE MIGUEL FILGUEIRAS -** A Câmara Municipal de Viana do Castelo, através da sua Film Commission, pretende apoiar a produção do filme “Fosfeno”, realizado por Miguel Filgueiras e produzido por Mário Gomes e Paulo Patrício, sobre o Garrano, o Lobo e o Homem. Este projeto cinematográfico que explora a complexa relação do homem com o lobo ibérico

e o garrano, trabalha com e entre a ficção, sendo na sua raiz um documentário realizado por Miguel Filgueiras, que também realizou o filme “Alto do Minho”, que recebeu diversas distinções e nomeações em Portugal e no estrangeiro. Este projeto cultural e cinematográfico, que incide também um dos produtos turísticos que a Câmara Municipal de Viana do Castelo está a promover – o turismo equestre do garrano -, tem um orçamento global de aproximadamente 80 mil euros, sendo que o executivo municipal pretende apoiar este projeto em 15 mil euros, distribuídos por três anos: 2021, 2022 e 2023, em tranches de 5 mil euros/ano. (Compromisso nº 1783) (a) José Maria Costa.”. A Câmara Municipal deliberou aprovar a transcrita proposta. Esta deliberação foi tomada por unanimidade, estando presentes o Presidente da Câmara e os Vereadores Luis Nobre, Carlota Borges, Ricardo Carvalhido, Ricardo Rego, Hermenegildo Costa, Paula Veiga e Cláudia Marinho.

(04) RATIFICAÇÃO DE DESPACHOS:- A Câmara Municipal deliberou retirar o presente ponto da ordem de trabalhos. Esta deliberação foi tomada por unanimidade, estando presentes o Presidente da Câmara e os Vereadores Luis Nobre, Carlota Borges, Ricardo Carvalhido, Ricardo Rego, Hermenegildo Costa, Paula Veiga e Cláudia Marinho.

(05) APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:- Nos termos do número 3 do artigo 57º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, foi deliberado aprovar a acta desta reunião, em minuta, para surtir efeitos imediatos, para o que foi a mesma lida e achada conforme e seguidamente assinada pelo Presidente da Câmara e Secretário da presente reunião. Esta deliberação foi tomada por unanimidade, estando presentes o Presidente da Câmara e os Vereadores Luis Nobre, Carlota Borges, Ricardo Carvalhido, Ricardo Rego, Hermenegildo Costa, Paula Veiga e Cláudia Marinho. E, nada mais havendo a tratar, o Presidente da Câmara, pelas dezanove horas declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, se lavrou a presente acta.

